

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO (DVA): O RETORNO ECONÔMICO DAS EMPRESAS DO AGRONEGÓCIO NO BIÊNIO 2017 E 2018 LISTADAS NA B3 EM RELAÇÃO À DISTRIBUIÇÃO DA RIQUEZA AOS AGENTES ECONÔMICOS

ADDED VALUE STATEMENT (DVA): THE ECONOMIC RETURN OF AGRIBUSINESS COMPANIES IN THE BIENNIUM 2017 AND 2018 LISTED ON B3 IN RELATION TO THE DISTRIBUTION OF WEALTH TO ECONOMIC AGENTS

DECLARACIÓN DE VALOR AGREGADO (DVA): EL RETORNO ECONÓMICO DE LAS EMPRESAS AGRONEGOCIOS EN EL BIENIO 2017 Y 2018 INDICADAS EN B3 EN RELACIÓN CON LA DISTRIBUCIÓN DE LA RIQUEZA A AGENTES ECONÓMICOS

Maria Jucilene Rodrigues Vieira da Silva¹
Edson de Oliveira²
Alexandre Gonzales³

Recebido em outubro de 2020
Aceito em fevereiro de 2021

RESUMO

A Demonstração de Valor Adicionado (DVA) tem como finalidade, evidenciar como é formada e distribuída a riqueza das entidades por meio das demonstrações financeiras das empresas, possibilitando identificar o retorno econômico para a sociedade em que está inserida. Seguindo a linha de pesquisa, buscou-se enfatizar a relevância da informação contábil e como esta riqueza é distribuída para a sociedade como um todo, tendo como objetivo analisar a distribuição da riqueza gerada pelas entidades dos diversos setores da economia brasileira no biênio 2017 e 2018, inseridos no contexto do agronegócio. A metodologia adotada: pesquisa bibliográfica e documental com abordagem descritiva quantitativa. A amostra teve como base as empresas mencionadas na Revista Exame Maiores e Melhores de Agosto de 2018, no setor de Agronegócio. Delimitou-se o critério de análise de dados em pesquisar as empresas listadas na B3 do setor. Conclui-se nesta análise realizada nos anos e no segmento escolhido, que os quatro subsetores de (i) máquinas e equipamentos agrícolas, (ii) óleos, farinhas e conservas; (iii) carne bovina e, (iv) têxtil. Destinaram para pessoal e encargos uma média de 43,95% do total de riquezas geradas no biênio. Já para o setor de (v) algodão e grãos, o maior percentual de distribuição ficou para o Governo como pagamento de impostos, taxas e contribuições, que recebeu 33,79% do total médio distribuído no período. E o sexto e último setor de (vi) madeira e celulose, destinou 54,93% para o financiamento externo – Remuneração Capital de Terceiros.

¹ Mestranda em Ciências Contábeis e Atuariais na PUC/SP. E-mail: m-jucilene@hotmail.com.

² Mestrando em Ciências Contábeis e Atuariais na PUC/SP. E-mail: edsondeoliveira64@hotmail.com.

³ Professor do mestrado em Ciências Sociais e Atuariais na PUC/SP. E-mail: alexandre@gonzales.com.br.

Palavras-chave: CPC 09. Retorno econômico. Riqueza gerada.

ABSTRACT

The purpose of the Added Value Statement (DVA) is to demonstrate how the wealth of entities is formed and distributed through the financial statements of companies, making it possible to identify the economic return for the society in which it operates. Following the line of research, we sought to emphasize the relevance of accounting information and how this wealth is distributed to society as a whole, aiming to analyze the distribution of wealth generated by entities from the various sectors of the Brazilian economy in the 2017 and 2018 biennium, inserted in the context of agribusiness. The methodology adopted was bibliographic and documentary research with a quantitative descriptive approach. The sample was based on the companies mentioned in Exame Magazine Biggest and Best of August 2018, in the Agribusiness sector. The data analysis criterion was delimited to search the companies listed in the sector's B3. It was concluded in this analysis carried out in the years and in the chosen segment, that the 4 subsectors of (i) agricultural machinery and equipment, (ii) oils, flours and preserves; (iii) beef and, (iv) textile. An average of 43.95% of the total wealth generated in the biennium was allocated to personnel and charges. For the (v) cotton and grain sector, the highest distribution percentage went to the Government as payment of taxes, fees and contributions, which received 33.79% of the average total distributed in the period. And the sixth and last sector of (vi) wood and cellulose, allocated 54.93% for external financing - Third Party Capital Remuneration.

Keywords: CPC 09. Economic Return. Wealth Generated.

RESUMEN

La Declaración de Valor Agregado (DVA), tiene como objetivo mostrar cómo se forma y distribuye el patrimonio de las entidades a través de los estados financieros de las empresas, permitiendo identificar el retorno económico para la sociedad en la que se inserta. Siguiendo la línea de investigación, buscamos enfatizar la relevancia de la información contable y cómo esta riqueza se distribuye a la sociedad en su conjunto, con el objetivo de analizar la distribución de la riqueza generada por entidades de los diferentes sectores de la economía brasileña en los años 2017 y 2018. bienio, insertado en el contexto de la agroindustria. La metodología adoptada fue la investigación bibliográfica y documental con enfoque descriptivo cuantitativo. La muestra se basó en las empresas mencionadas en Exame Magazine Maiores e Melhores de Agosto 2018, del sector Agroindustria. Se delimitó el criterio de análisis de datos para buscar las empresas listadas en el B3 del sector. Se concluye en este análisis realizado en los años y en el segmento elegido, que los 4 subsectores de (i) maquinaria y equipo agrícola, (ii) aceites, harinas y conservas; (iii) carne de vacuno y, (iv) textiles. Un promedio del 43,95% de la riqueza total generada en el bienio se asignó a personal y cargos. Para el (v) sector algodón y granos, el mayor porcentaje de distribución fue al Gobierno como pago de impuestos, tasas y contribuciones, que recibió el 33,79% del total promedio distribuido en el período. Y el sexto y último sector de (vi) madera y celulosa, destinó el 54,93% al financiamiento externo - Remuneración de Capital de Terceros.

Palabras clave: CPC 09. Rentabilidad económica. Riqueza generada.

1 INTRODUÇÃO

É inegável a importância da contabilidade no mundo corporativo. Perez Junior e Begalli (2015) afirmam que a contabilidade deve ser vista como um sistema de informações, cujo método de trabalho consiste, simplificada, em coletar, processar e transmitir dados sobre a situação econômico-financeira de uma entidade em determinado momento e sua

evolução em determinado período. Para atender essas necessidades, os demonstrativos contábeis são ferramentas essenciais para os usuários da contabilidade, sejam internos ou externos.

As empresas buscam refletir sobre a responsabilidade social no meio em que estão inseridas, e as informações geradas pela contabilidade são imprescindíveis para as tomadas de decisões que produzem efeitos para a sociedade, além de produzir efeitos para elas próprias (NUNES, FERREIRA e ARAÚJO, 2016).

Além do Balanço Patrimonial, há também o Balanço Social que surgiu na França no final da década de 60 devido à grande pressão social provocada por movimentos sociais, e se tornou obrigatório a sua divulgação na França para empresas com mais de 299 empregados. Posteriormente, vários países europeus passaram a adotar os ditames da lei francesa, passando a publicar também o Balanço Social, destacando-se entre esses, Alemanha, Holanda, Bélgica, Espanha, Portugal e Inglaterra. (TINOCO e KRAEMER, 2011).

No Brasil, os relatos sobre o Balanço Social remontam ao ano de 1961, quando foi constituída em São Paulo a Associação dos Dirigentes Cristãos de Empresas (ADCE), que deu início, no país, a uma pregação sobre a responsabilidade do dirigente da empresa nas questões sociais. Porém, apenas em 1984, a empresa Nitrofértil publicou relatório que denominou de Balanço Social. (TINOCO, 2010).

Na visão de Tinoco e Kraemer (2011), o Balanço Social é um instrumento de gestão e de informação que visa evidenciar, de forma mais transparente possível, informações contábeis, econômicas, ambientais e sociais, do desempenho das entidades, aos mais diferenciados usuários.

O Balanço Social é dividido em quatro vertentes, que são: Balanço Ambiental, Balanço de Recursos Humanos, Demonstração do Valor Adicionado e os Benefícios e Contribuições à sociedade em Geral.

Das vertentes do Balanço Social, a Demonstração do Valor Adicionado (DVA) passou a ser elaborada e ter sua divulgação obrigatória para as companhias de capital aberto a partir do ano de 2008, com a aprovação da Lei 11.638/07. No mesmo ano, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, com o objetivo de regulamentar a forma de sua apresentação, sendo a adoção deste pronunciamento exigida por diversos órgãos reguladores, tais como a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) e Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

Segundo Almeida e Silva (2014), as atuais normas contábeis estão totalmente alinhadas com as normas contábeis internacionais emitidas pelo IASB (*Internacional Accounting Standards Boards*). Observou-se que o CPC 09 foi um dos poucos pronunciamentos técnicos que não possui norma internacional equivalente, possibilitando uma real contribuição dos órgãos contábeis brasileiros para o processo de normatização contábil internacional.

Diante dos argumentos apresentados, e da relevância da DVA na demonstração da riqueza gerada pelas empresas, é apresentado o problema de pesquisa deste artigo: Como foi distribuída a riqueza gerada pelas empresas do setor do agronegócio no biênio de 2017 e 2018?

Sendo assim, o objetivo da pesquisa foi o de analisar a distribuição da riqueza gerada pelas empresas do agronegócio e em seus subsetores que foram publicadas na Revista

Exame, Maiores e Melhores de 2018, listadas na B3 - Brasil, Bolsa, Balcão, nos exercícios sociais de 2017 e 2018, no que diz respeito à distribuição de recursos para impostos e contribuições, setor produtivo, bens de consumo e inserção e de forma geral as remunerações com terceiros. Com isso, buscou-se demonstrar a importância da distribuição de riquezas do setor de agronegócios, por ter sido o setor responsável por 23,5% do Produto Interno Bruto (PIB) do país em 2017, a maior participação em 13 anos (PORTAL G1, 2017).

A DVA deve ser entendida como a forma mais competente criada pela Contabilidade para auxiliar na medição e demonstração da capacidade que as empresas têm de produzir e distribuir riquezas (SANTOS, 2003). A geração de riqueza é a contribuição, em termos econômicos, que as empresas proporcionam à sociedade. Setores distintos contribuem de maneira igualmente distinta, e até mesmo dentro de um mesmo setor, empresas contribuem de maneira desigual, em decorrência de suas estruturas e realidades individuais. O mesmo acontece com a distribuição da riqueza que as empresas geram. Determinados setores podem apresentar uma grande distribuição para o governo, por meio de tributos, enquanto outros podem apresentar uma distribuição bem menor neste quesito. Conhecer a distribuição da riqueza dos setores e das próprias empresas significa identificar quais grupos fazem jus a uma parcela maior e a uma parcela menor da riqueza gerada por elas, e em última instância, pela sociedade.

Por intermédio da DVA é possível identificar componentes relacionados à geração e distribuição da riqueza, de empresas e setores, e também seus relacionamentos com demais variáveis econômicas, como Bernice, Santos, Montanholi e Gonzales (2016) fizeram, por exemplo, ao relatarem que o PIB (Produto Interno Bruto) possui forte correlação positiva com a carga tributária das empresas, assim como o IP (Índice de Produtividade), enquanto que o IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) está inversamente correlacionado à carga tributária das empresas. Neste estudo foram analisadas companhias de capital aberto listadas na B3, do segmento de consumo cíclico.

O agronegócio brasileiro é responsável por abastecer não apenas o mercado interno, mas também o externo, já que o Brasil ocupa em 2017 o 3º lugar entre os maiores exportadores de alimentos no mundo, logo depois da China e os Estados Unidos, segundo os dados divulgados pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA, 2018), que fez projeções positivas para o setor para os próximos anos. O patamar ocupado pelo Brasil teve como um dos principais fatores o investimento em pesquisa e tecnologia nas últimas décadas, aprimorando e desenvolvendo novas técnicas de cultivo e tornando-se cada vez mais confiável mundialmente. Resultado esse ligado a criação da EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária em abril de 1973 que é vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).

A atuação do agronegócio não se restringe apenas a área rural, mas em outros setores secundários (Indústria) e terciários (Transportes), além de contribuir de forma significativa para geração de empregos nesses setores.

O agronegócio está situado também no meio urbano, e não apenas no campo, ao contrário do que muitos imaginam. Isso acontece devido à modernização do agribusiness, que o faz dependente de atuações industriais e produtivas advindas das cidades (PENA, 2020).

O presente artigo está organizado da seguinte forma: a seção um é composta pela introdução; a seção dois apresenta a fundamentação teórica, abordando os conceitos relativos à comparabilidade das informações contábeis, as normas brasileiras sobre a elaboração da DVA e sua obrigatoriedade e os resultados de estudos anteriores relacionados ao tema; a seção três, referente à metodologia, define o tipo de pesquisa realizada e a composição da

amostra, além de esclarecer como foi realizada a coleta e a análise de dados; a seção quatro as informações relativas à análise dos resultados, considerações iniciais e apresentação das empresas que compuseram a amostra; e a seção cinco apresenta as considerações finais.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Inicia-se o referencial teórico pela demonstração do valor adicionado.

2.1 A Demonstração do Valor Adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA), que é o objeto do presente estudo, surge dessa necessidade de divulgar informações: para “evidenciar a contribuição da empresa para o desenvolvimento econômico-social da região onde está instalada, discriminando o que a empresa agrega de riqueza à economia local e em seguida, a forma como distribui tal riqueza” (SANTOS, 2007, p.13).

Sabe-se que são oferecidas pela contabilidade as seguintes demonstrações contábeis: Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultado do Exercício, Demonstração do Fluxo de Caixa, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração do Valor Adicionado e Notas Explicativas (art. 176, I a V, Lei. N 6.404/76) e demonstração do resultado Abrangente (CPC 26 (R1), 2011). É por meio destas demonstrações que os *stakeholders* podem obter dados importantes sobre as empresas que tenham interesse em seu resultado. Normalmente os principais interessados são sócios, acionistas, proprietários, fornecedores, clientes, sindicatos, financiadores, investidores e governo.

Com as alterações trazidas pela Lei nº 11.638/2007, a DVA – Demonstração de Valor Adicionado passou a ser obrigatória apenas para as companhias abertas, e para outras que a lei exigir. O pronunciamento técnico CPC 09/2008 tem a finalidade de estabelecer critérios para elaboração e apresentação da DVA, tendo sido aprovado pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC - pela Resolução CFC n.º 1.138/08, com posterior alteração pela Resolução CFC n.º 1.162/09.

Segundo Almeida (2019), o objetivo da DVA é relatar o montante de riqueza gerada pela entidade durante o exercício e como essa riqueza foi distribuída entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios. Em outras palavras, é como se medisse o tamanho de um “bolo” que a empresa gerou e para quem vai cada fatia do bolo, empregados, diretores, acionistas, bancos, governo, reaplicação na própria empresa etc. (MARION e SANTOS, 2018). Na visão de Marion (2019), a DVA evidencia quanto uma empresa adicionou de valor a seus fatores de produção, e de que forma essa riqueza foi distribuída entre empregados, governo, acionistas, financiadores de capital e quanto ficou retido na empresa.

A Demonstração de Valor Adicionado representa um grande avanço para a Ciência Contábil, principalmente pelas informações e indicadores de natureza social, que evidencia e pode contribuir para o maior grupo de usuários ao destacar a riqueza produzida pela empresa, e a maneira como ela é distribuída entre os empregados, acionistas como remuneração de capital investido em forma de juros e dividendos, financiadores e a sociedade por meio do recolhimento de tributos para o governo (RIBEIRO, 2012).

Cada demonstração contábil tem sua finalidade e não devem ser confundidas entre si, como a Demonstração do Exercício, que tem suas informações voltadas quase que exclusivamente para sócios e acionistas, evidenciando o lucro líquido, já a DVA está dirigida para a geração de riquezas e sua respectiva distribuição pelos setores produtivos e ao governo (GELBCKE et al. 2018).

O Quadro 1 traz a importância das informações da DVA em um contexto geral.

Quadro 1 - A importância das informações da DVA

Analisar a capacidade de geração de valor e a forma de distribuição das riquezas de cada empresa
Permitir a análise do desempenho econômico da empresa
Auxiliar no cálculo do PIB (Produto Interno Bruto) e de indicadores sociais
Fornecer informações sobre os benefícios (remunerações) obtidos por cada um dos fatores de produção (trabalhadores e financiadores – acionistas ou credores) e governo
Auxiliar a empresa a informar sua contribuição na formação da riqueza à região, Estado, país etc. em que se encontra instalada

Fonte: Gelbcke et al. (2018)

A DVA então se apresenta como uma excelente ferramenta de gestão e prestação e contas em uma companhia, pois evidencia a formação das riquezas de uma companhia e sua distribuição perante a sociedade como um todo. Seu objetivo é demonstrar o valor da riqueza econômica gerada pelas atividades da empresa, resultante do esforço coletivo e como é a sua distribuição entre os contribuintes dessa criação. Desse modo, a DVA acaba por prestar informações a todos os agentes econômicos envolvidos e interessados na empresa. (GELBCKE et al. 2018).

Além de ferramenta para gestão, a DVA é de grande utilidade para analisar e conhecer o desempenho econômico e social da uma organização, trazendo informações de natureza econômica e social, o que possibilita uma melhor avaliação das atividades de uma entidade dentro da sociedade em que ela está inserida, com informações que a demonstração de resultados por si só não é capaz de oferecer (CPC 09, 2008).

A ferramenta posta à disposição dos usuários pela contabilidade, cujo objetivo é divulgar informações relacionadas à geração e distribuição de riqueza com o intuito de estreitar relações empresa – sociedade é a Demonstração do Valor Adicionado, a qual difere do conceito de valor agregado por mostrar não só o valor adicionado, mas sim sua distribuição de agentes econômicos (CUNHA, 2002).

2.2 A Estrutura da DVA

O Conselho Federal de Contabilidade (CFC, 2008), com a Norma Brasileira de Contabilidade (NBC) TG 09 a qual trata sobre a Demonstração do Valor Adicionado, define a DVA como o Demonstrativo Contábil que visa evidenciar uma forma clara e objetiva os dados e as informações sobre o valor da riqueza gerada pela empresa e a distribuição da mesma em determinado período de tempo. O CPC 09 (2008) traz alguns modelos para elaborar a DVA em empresas em geral, como modelo disponibilizado no Quadro 2, para instituições financeiras bancárias e em seguradoras, sendo este último modelo sugerido pela

Superintendência de Seguros Privados - Susep. Porém, esses modelos ainda não estão atualizados com as últimas alterações trazidas pelos CPCs publicados, como por exemplo, provisão para créditos de liquidação duvidosa, que consta no item 1.4 do grupo de receitas do modelo, que teve alterações trazidas pelo CPC 48, que entrou em vigor em 1º de janeiro de 2018, mas o modelo serve como base para a elaboração da DVA. Outras instituições também padronizaram um modelo, com base no modelo do CPC – 09, como por exemplo, a CVM – Comissão de Valores Mobiliários (CAVALCANTI, 2018).

Quadro 2 - Demonstração do Valor Adicionado – Empresas em geral

DESCRIÇÃO	Em milhares de reais 20X1	Em milhares de reais 20X0
1 – RECEITAS		
1.1) Vendas de mercadorias, produtos e serviços		
1.2) Outras receitas		
1.3) Receitas relativas à construção de ativos próprios		
1.4) Provisão para créditos de liquidação duvidosa - Reversão / (Constituição)		
2 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS (Inclui os valores dos impostos – ICMS, IPI, PIS e COFINS)		
2.1) Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos		
2.2) Materiais, energia serviços de terceiros e outros		
2.3) Perda / Recuperação de valores ativos		
2.4) Outras (especificar)		
3 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)		
4 - DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO		
5 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (3-4)		
6 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		
6.1) Resultado de equivalência patrimonial		
6.2) Receitas financeiras		
6.3) Outras		
7 - VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5+6)		
8 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO (*)		
8.1) Pessoal		
8.1.1 - Remuneração direta		
8.1.2 – Benefícios		
8.1.3 - F.G.T.S		

8.2) Impostos, taxas e contribuições		
8.2.1 – Federais		
8.2.2 – Estaduais		
8.2.3 – Municipais		
8.3) Remuneração de capitais de terceiros		
8.3.1 – Juros		
8.3.2 – Aluguéis		
8.3.3 – Outras		
8.4) Remuneração de Capitais Próprios		
8.4.1 - Juros sobre o Capital Próprio		
8.4.2 – Dividendos		
8.4.3 - Lucros retidos / Prejuízo do exercício		
8.4.4 - Participação dos não-controladores nos lucros retidos (só p/ consolidação)		

(*) O total do item 8 deve ser exatamente igual ao item 7

Fonte: Conselho Federal de Contabilidade - CFC - CPC 09 (2008)

A estrutura da DVA deve partir da Demonstração do Resultado do Exercício já encerrado contabilmente, evitando ajustes posteriores. Segundo Corsi (2016), a DRE é uma peça contábil fundamental para elaboração da DVA, pois todos os dados integrantes da DRE compõem a DVA, mudando meramente a forma de apresentação das duas demonstrações financeiras. Em outras palavras, a DVA representa de forma prática e efetivamente os dados principalmente da demonstração do resultado do exercício, apresentados de outro modo (CAVALCANTI, 2018).

A informação da distribuição de riqueza de uma empresa é de extrema relevância no ambiente social e econômico em que ela está inserida, tornando a DVA, na visão de alguns profissionais, um demonstrativo de grande utilidade no mercado, do ponto de vista macroeconômico, tendo conceitualmente os valores adicionais (agregados) de um país representando o Produto Interno Bruto (PIB). Cabe ressaltar que essa argumentação é contestada devido ao fato que economicamente o PIB tem o conceito de produção, enquanto a DVA atua no regime contábil de competência, como afirma Cavalcanti (2018).

2.3 Estudos Anteriores

Desde a implantação do Balanço Social no Brasil em 1961 até os dias atuais que foram regulados os meios de desenvolver e publicar a DVA, foram desenvolvidos diversos estudos sobre o tema, com o intuito de demonstrar a distribuição de riqueza para os agentes econômicos. A seguir, apresenta-se o resumo de algumas pesquisas encontradas.

No estudo sobre Distribuição de Riqueza aos Agentes Econômicos da DVA: Um Olhar Sobre o Ranking das “Melhores Empresas Para Trabalhar em 2016, 2015 e 2014”, Goulart, Ferreira, Araújo e Ferreira (2019), tiveram como objetivo analisar a distribuição de riqueza gerada por empresas classificadas como as melhores para trabalhar dos anos de 2016,

2015 e 2014 de capital aberto. Averiguaram que o grupo que mais obteve destinações de acordo com a média de todas as empresas e os demais métodos aplicados para atestar as hipóteses levantadas foi o grupo “Pessoal”. Com isso, o estudo trouxe a reflexão de que as organizações estão cada vez mais preocupadas com o bem-estar dos seus colaboradores, pois dependem destes para alcance dos objetivos e metas almejadas.

Pensando na regionalização do Brasil, Melo, Rover, Ferreira e Ferreira (2017) fizeram um estudo sobre a destinação da riqueza nas regiões brasileiras, onde analisaram as empresas de capital aberto listadas na BM&FBOVESPA e integrantes do *ranking* 100 maiores de cada região, publicadas na revista Exame – Melhores e Maiores de 2015. Extraíram informações do exercício de 2013 e 2014, por meio de uma amostra não probabilística por região, em que se percebeu que em valores percentuais a maior distribuição em 2013 com “Pessoal”, “Impostos”, “Taxas e Contribuições”, “Remuneração de Capitais de Terceiros” foi gerada pela região Centro-Oeste e “Remuneração com Capital Próprio” pela região Sul. Já no ano de 2014, as maiores distribuições percentuais com “Pessoal”, “Remuneração de Capitais de Terceiros”, foi pela região Centro-Oeste, “Impostos, Taxas e Contribuições” pelo Sudeste e “Remuneração com Capital Próprio” pela região Sul. O que comprova que apesar da grande concentração de empresas está no Sudeste e Sul do Brasil, a região Centro-Oeste também se destaca nas distribuições.

Já Nunes, Ferreira e Araújo (2016), tiveram sua pesquisa voltada para analisar, de uma forma geral, a distribuição da riqueza gerada pelas empresas nos diversos setores da economia brasileira no biênio 2014 e 2015. Os resultados demonstraram que o grupo que mais recebeu destinação em 2014 foi o de Pessoal, e em 2015 foi o de Remuneração de Capitais de Terceiros. Destaca-se ainda que o setor que mais gerou riqueza no biênio foi o de Energia e o que menos gerou foi o de Indústria Digital.

Com a obrigatoriedade da DVA no Brasil para empresas de capital aberto, Almeida e Silva (2014), verificaram a qualidade das DVAs publicadas, do ponto de vista da comparabilidade que no exercício de 2011, de uma amostra de 29 empresas de capital aberto dos setores industriais, mercantis e prestadoras de serviços, extraídas do total de 114 empresas, dentre elas empresas de capital fechado e instituições financeiras excluídas da amostra, que publicaram suas demonstrações no jornal Valor Econômico, em que concluíram a necessidade de aprimoramento na qualidade das DVAs não só no que tange à comparabilidade, mas também com relação à confiabilidade e à compreensibilidade de suas informações.

Antes mesmo da obrigatoriedade da DVA no Brasil, Cunha (2002) em sua dissertação de mestrado, analisou a DVA como um instrumento de mensuração da distribuição da riqueza das empresas para os funcionários. A análise feita em 198 empresas de capital aberto da edição anual de Melhores e Maiores da Revista Exame no período de 1996 a 2000 avaliou pela DVA a relação entre a variação da riqueza gerada e a remuneração paga aos seus funcionários. Concluiu no estudo que não existia relação entre a riqueza gerada pelas empresas analisadas e a sua distribuição aos funcionários.

As pesquisas selecionadas foram direcionadas para objetivos distintos, sendo uns para analisar qual agente econômico recebeu mais valor agregado, outros para comparar a qualidade das informações geradas e publicadas e para analisar a relação da geração de riqueza com a distribuição para um determinado agente econômico.

3 MÉTODO

Inicia-se o método pelo tipo de pesquisa.

3.1 Tipo de Pesquisa

Para desenvolver este artigo, adotou-se a metodologia com abordagem descritiva quantitativa e qualitativa. A abordagem como pesquisa descritiva é para expor características de determinada população ou de determinado fenômeno (VERGARA, 2016).

Foram analisadas as demonstrações contábeis das empresas selecionadas na amostra, a fim de buscar informações bases para o desenvolvimento da pesquisa. Com uma abordagem descritiva quantitativa que direciona a pesquisa para o levantamento de informações que possam quantificar a riqueza gerada pelas empresas da amostra, no período analisado.

Apesar de serem consideradas semelhantes, as pesquisa bibliográfica e documental são distintas e direcionadas para fins específicos, Gil (2018) recomenda que seja considerada fonte documental quando o material consultado é interno à organização, e fonte bibliográfica quando for obtido em bibliotecas ou bases de dados.

3.2 Definição da Amostra

Com base na amostra das empresas mencionadas na Revista Exame Maiores e Melhores de Agosto de 2018, selecionando as empresas de agronegócio que se destacaram em um ano (2017) de safra recorde de grãos e baixo retorno para os produtores (EXAME, 2018, p. 356). A escolha pelo agronegócio foi pela retomada de crescimento em 2017 pelo setor, que teve um avanço de 13% no período e foi responsável pelo crescimento de 1% no PIB do Brasil em 2017. Esse aumento na geração de riqueza no país, só foi possível graças agronegócio que contribuiu com 23,5% do Produto Interno Bruto (PIB) do país em 2017, a maior participação em 13 anos, segundo reportagem no G1 (2017).

Já a preferência pela revista Exame deu-se por ser um dos veículos de comunicação em destaque no ambiente de negócios e economia do país, também usado como fonte de informação no setor empresarial e de pesquisa acadêmica, por trazer em seus anuários informações como o principal *ranking* financeiro das grandes empresas no país.

Delimitou-se a pesquisa às empresas do setor de Agronegócio, de Capital Aberto na B3, subdivididas em 11 (onze) setores do agronegócio, totalizando 103 empresas, das quais apenas 12 empresas são listadas em bolsa. Das 12 empresas, excluiu-se da amostra 1 delas, a Minerva Foods – SP, considerada na amostra uma *outlier*, pois os valores nela destinados a pessoas e a terceiros, foram superiores a toda sua riqueza gerada, fugindo do padrão, o que distorceria os percentuais distribuídos aos agentes econômicos no total analisado.

Na Tabela 1, a lista das empresas selecionadas na amostra por setor.

Tabela 1 - As 11 empresas do setor de agronegócio listadas na B3

Nº	EMPRESAS	SETORES
1	Camil, SP	Algodão e Grãos
2	Marfrig, SP	Carne Bovina
3	JBS, SP	Carne Bovina
4	Klabin, SP	Madeira e Celulose
5	Suzano Papel e Celulose, BA	Madeira e Celulose
6	Metisa, SC	Máquinas e Equipamentos
7	M. Dias Branco, CE	Óleos, Farinhas e Conservas
8	Döhler, SC	Têxtil
9	Cedro e Cachoeira, MG	Têxtil
10	Guararapes, RN	Têxtil
11	Cia Tec Santanense, MG	Têxtil

Fonte: B3 - Bolsa, Brasil, Balcão (2019)

Dentre as empresas do setor de agronegócio selecionadas e apresentadas pela Revista Exame estão empresas de capital aberto e capital fechado. No entanto, foram selecionadas apenas as empresas de capital aberto listadas na B3, que disponibilizam os demonstrativos completos necessários para análise. Inclusive setores como Adubos e Defensivos, Aves e Suínos, Café, Leite e Derivados e Revendas de Máquinas e Insumos não possuíam empresas listadas de capital de aberto no período pesquisado, impossibilitando uma análise completa do setor agropecuário no estudo.

3.3 Coleta e Análise de Dados

Para coleta de informações, os instrumentos consultados foram o balanço patrimonial, a demonstração do resultado do exercício, a demonstração de valor adicionado e as respectivas notas explicativas.

A coleta de dados partiu de um demonstrativo padronizado, a DVA, com enfoque quantitativo, sendo esses documentos válidos e com informações uniformes para todas, sendo utilizados itens específicos, que possibilitaram predeterminadas respostas (SAMPIERI, COLLADO e LUCIO, 2013).

Após a coleta dos demonstrativos publicados na B3, iniciou-se a análise dos dados individuais e em conjunto.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Iniciam-se os resultados e discussão pela análise dos resultados.

4.1 Análise dos Resultados

A presente análise objetivou apresentar o segmento do setor do agronegócio que apresentou maior valor adicionado em termos percentuais. Para tanto foi utilizada a partir da população de 103 empresas dos setores do agronegócio, uma amostra de 11 que são empresas de capital aberto na B3, visto que seus dados são públicos.

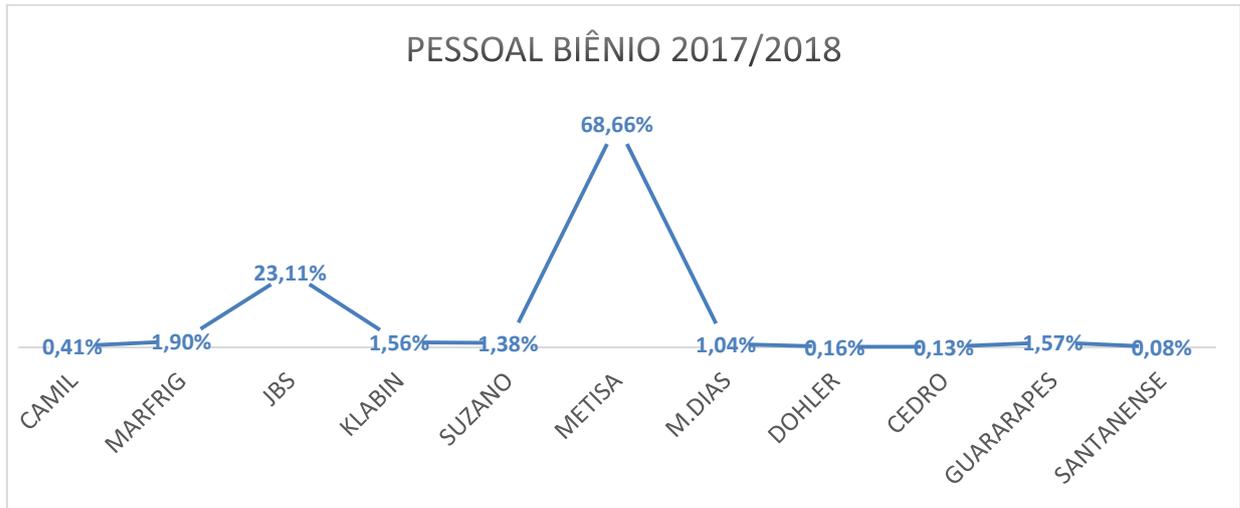
Constatou-se que 100% das empresas selecionadas que estão na B3 que fazem parte desta amostra divulgaram a DVA do exercício pesquisado conforme a exigência da lei. A ausência desta divulgação configuraria uma grave ofensa à normatização contábil.

Na Tabela 2 e Figura 2 se destacam as médias e as porcentagens de distribuição dos valores agregados para pessoal, impostos, remuneração de capital de terceiros, remuneração de capitais próprios das empresas analisadas nos exercícios de 2017 e 2018.

Tabela 2 – Valor Adicionado do Setor de Agronegócio - biênio 2017/2018 (Valores em R\$ Mil)

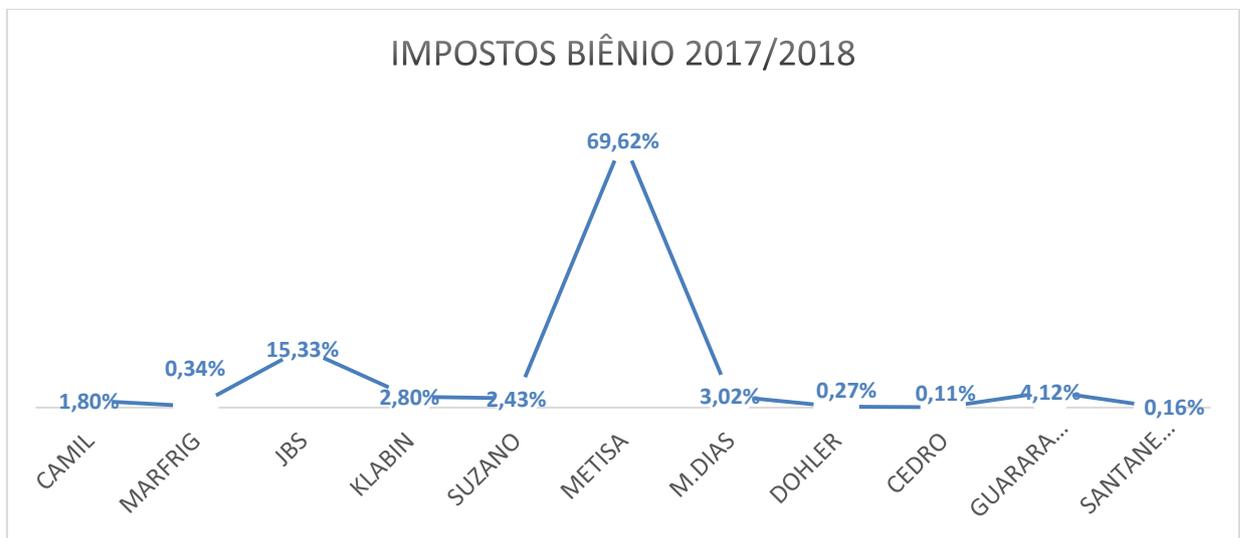
DISTRIBUIÇÃO DE RIQUEZA POR STAKEHOLDER- MÉDIA NO BIÊNIO 2017/2018					
EMPRESAS	PESSOAL	IMPOSTOS	CAPITAL DE TERCEIROS	CAPITAL PRÓPRIO	TOTAL BIÊNIO 2017/2018
CAMIL	362.435	457.279	227.084	306.526	1.353.324
MARFRIG	1.695.346	86.309	11.679.389	854.367	14.315.411
JBS	20.674.922	3.892.247	9.966.984	617.793	35.151.946
KLABIN	1.396.029	711.462	2.626.411	384.175	5.118.077
SUZANO	1.230.549	616.593	3.956.937	1.062.947	6.867.026
METISA	61.422.500	17.676.624	13.693.966	14.739.195	107.532.285
M.DIAS	930.285	765.821	175.077	783.840	2.655.023
DOHLER	145.200	69.252	10.231	41.890	266.573
CEDRO	119.706	28.015	62.765	65.982	276.468
GUARARAPES	1.404.611	1.046.265	452.770	903.001	3.806.647
SANTANENSE	72.711	40.644	27.373	45.866	186.594
TOTAL	89.454.294	25.390.511	42.878.987	19.805.582	177.529.374

Fonte: autores

Figura 2 – Valor adicionado distribuído por *stakeholders* – Pessoal

Fonte: autores

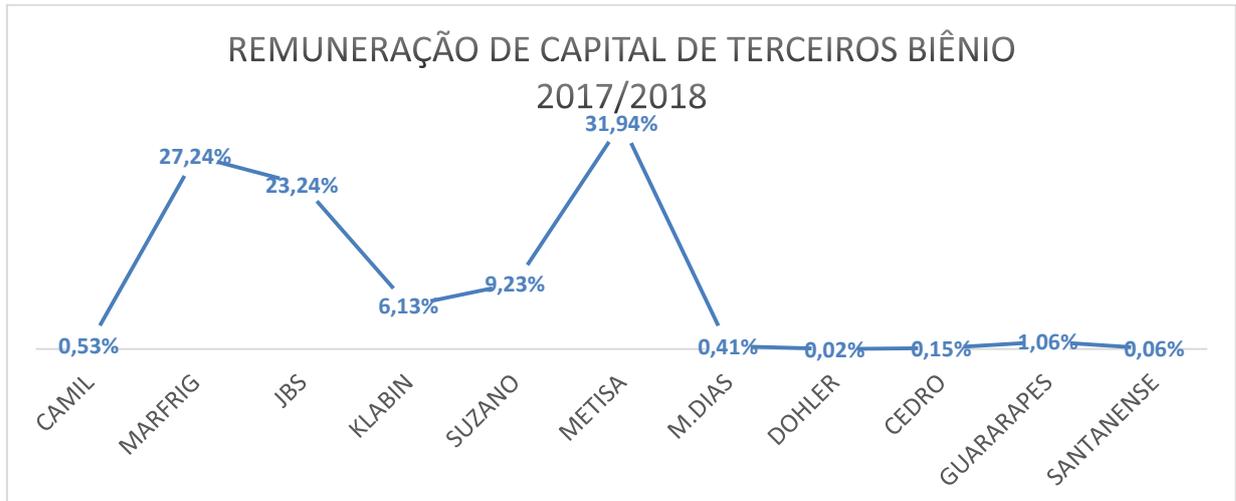
Na Figura 3, apresenta-se o gráfico com as destinações individuais no grupo de impostos no biênio. Novamente a empresa que se destacou foi a Metisa, tendo destinado 69,62% da riqueza gerada no período ao governo, seguida de perto pela empresa JBS que distribuiu 15,33% da riqueza, ficando as demais empresas abaixo de 5% em relação ao total distribuído.

Figura 3 – Valor adicionado distribuído por *stakeholders* – GOVERNO

Fonte: autores

Na Figura 4, apresenta-se o gráfico com a média das distribuições das empresas no grupo de remuneração de capitais de terceiros. Destacou-se Metisa com 31,94% de distribuição no setor, seguida pela Marfrig com 27,24%.

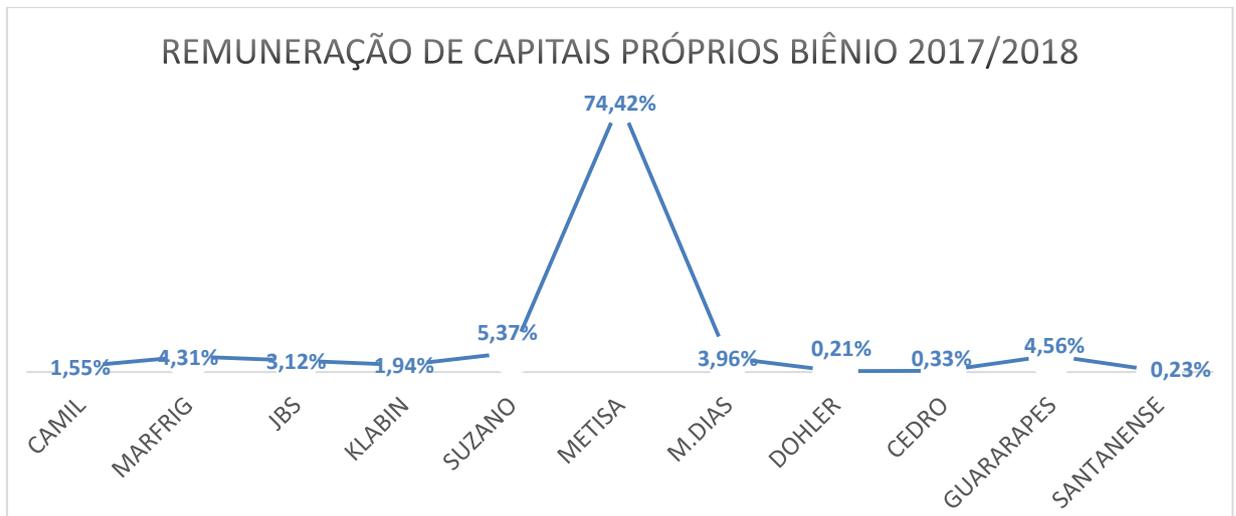
Figura 4 – Valor adicionado distribuído a terceiros



Fonte: autores

Na Figura 5, apresenta-se o gráfico com a média das distribuições no grupo relacionadas à remuneração de capitais próprios no biênio. O maior percentual distribuído foi da empresa Metisa com 74,42% de sua riqueza, enquanto as demais empresas analisadas não ultrapassaram o percentual de 6% no biênio.

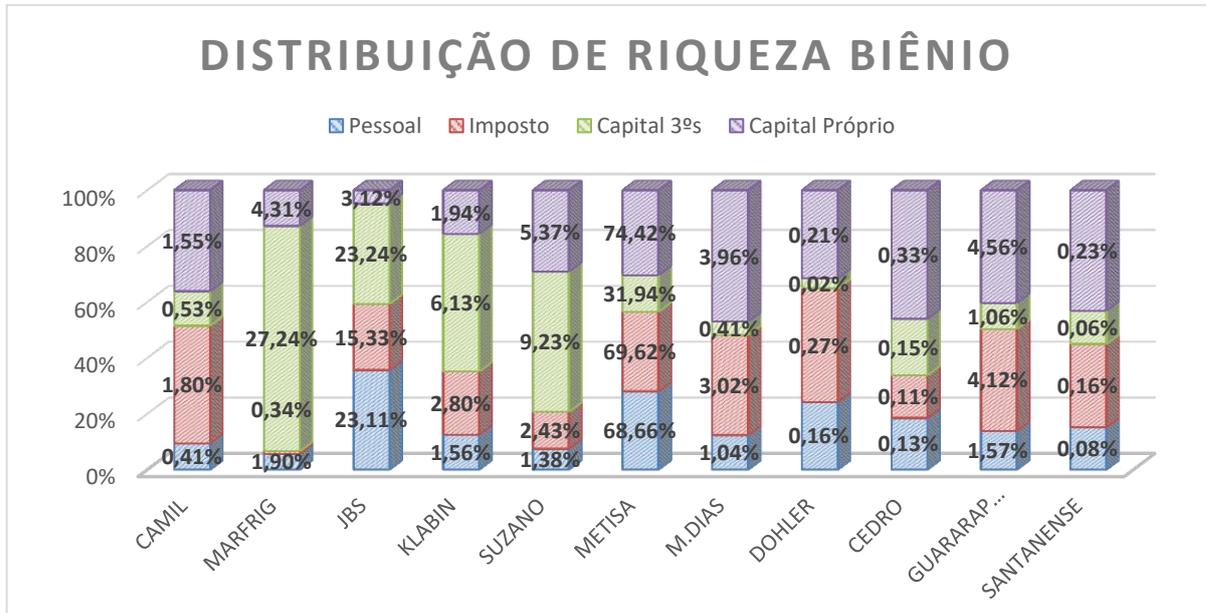
Figura 5 – Valor adicionado distribuído a sócios-acionistas



Fonte: autores

Na Figura 6, o gráfico apresentado resume o total da distribuição do valor adicionado pelos quatro agentes econômicos no biênio de 2017/2018.

Figura 6 – Valor adicionado distribuído no total por agentes econômicos



Fonte: autores

As 11 empresas da amostra estavam segregadas em seis subsetores econômicos como aprestado na tabela 1. Na Tabela 3 acima, traz-se as médias de distribuição por agente econômico por setor, com base nas DVAs das amostras apresentados.

Tabela 3 – Média de Distribuição do Valor Adicionado por setor econômico

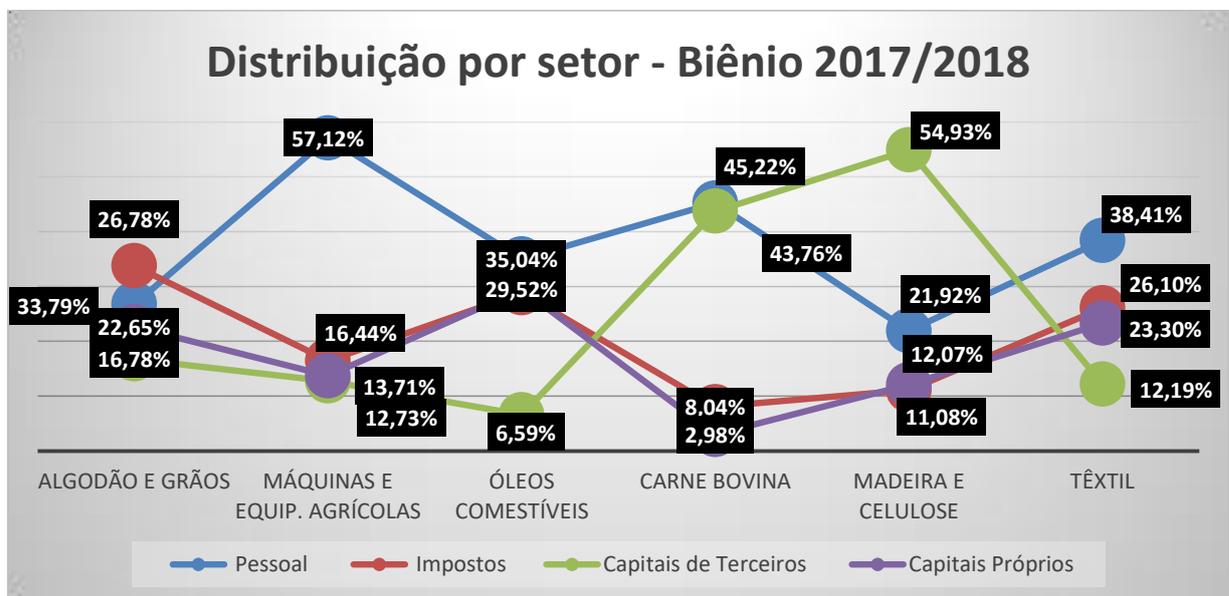
SETOR - Algodão e Grãos	%	SETOR - Carne Bovina	%
Pessoal	26,78%	Pessoal	45,22%
Impostos, Taxas e Contribuições	33,79%	Impostos, Taxas e Contribuições	8,04%
Remuneração de Capitais de Terceiros	16,78%	Remuneração de Capitais de Terceiros	43,76%
Remuneração de Capitais Próprios	22,65%	Remuneração de Capitais Próprios	2,98%
TOTAL	100,00%	TOTAL	100,00%
SETOR - Máquinas e Equipamentos Agrícolas	%	SETOR - Madeira e Celulose	%
Pessoal	57,12%	Pessoal	21,92%
Impostos, Taxas e Contribuições	16,44%	Impostos, Taxas e Contribuições	11,08%
Remuneração de Capitais de Terceiros	12,73%	Remuneração de Capitais de Terceiros	54,93%

Remuneração de Capitais Próprios	13,71%	Remuneração de Capitais Próprios	12,07%
TOTAL	100,00%	TOTAL	100,00%
SETOR - Óleos Comestíveis	%	SETOR - Têxtil	%
Pessoal	35,04%	Pessoal	38,41%
Impostos, Taxas e Contribuições	28,84%	Impostos, Taxas e Contribuições	26,10%
Remuneração de Capitais de Terceiros	6,59%	Remuneração de Capitais de Terceiros	12,19%
Remuneração de Capitais Próprios	29,52%	Remuneração de Capitais Próprios	23,30%
TOTAL	100,00%	TOTAL	100,00%

Fonte: autores

Os números levantados nas DVAs das amostras agrupadas por setor econômico em que as empresas pertenciam, foram segregados por tipo de destinação, e analisados seus percentuais de distribuição, aplicando a função de média simples no Excel sobre esses percentuais e apresentados individualmente.

Figura 7 – Percentual de distribuição por setor



Fonte: autores

Na Figura 7 apresentada, verifica-se que para quatro setores, de máquinas e equipamentos agrícolas, óleos comestíveis, carne bovina e o setor têxtil, o agente econômico Pessoal foi o que recebeu a maior parte dos recursos distribuídos no biênio de 2017/2018, em

outras palavras, recebeu a maior fatia do “bolo” das riquezas distribuídas no setor de agronegócio, com base nas amostras levantadas.

Já no setor de algodão e grãos, a maior destinação da riqueza gerada foi para Impostos, Taxas e Contribuições com 33,79%.

Enquanto o setor de madeira e celulose teve como maior percentual de riqueza gerada para a remuneração de Capital de Terceiros, que atingiu 54,93% da média distribuída no biênio para o setor.

Ao consolidar os dados do biênio de 2017/2018 com todos os setores do agronegócio, verificou-se que a maior fatia da riqueza gerada foi destinada para o grupo de “Pessoal”. Ao comparar esse resultado com pesquisas anteriores semelhantes ou que seguiram a mesma linha, observou-se que:

a) A pesquisa de Goulart, Ferreira, Araújo e Ferreira (2019), Em estudo sobre a distribuição de riqueza das “Melhores Empresas para Trabalhar em 2016, 2015 e 2014” de capital aberto, listadas em bolsa de valores, houve destinação de 38% da riqueza gerada para o grupo de “Pessoal”, e 32% para “Impostos, Taxas e Contribuições” (GOULART et al., 2019);

b) Em análise de empresas de capital aberto do *ranking* das 100 Melhores e Maiores da Revista Exame do biênio de 2013/2014, de capital aberto e por região de cada sede no Brasil, as empresas sediadas na região Sudeste, que era onde estava concentrada a maioria das sedes das empresas da amostra, foram os que menos distribuíram riquezas para “Pessoal” em 2013, com apenas 17,8%, enquanto a região Centro-Oeste apresentou maior destinação para esse grupo, tanto em 2013 com 34,2%, quanto em 2014, com 57,10% de distribuição de riquezas para pessoal (MELO et al., 2017).

Cabe ressaltar a informação de que as DVAs são apresentadas pela matriz, com abrangência de todas as filiais. Assim, a interpretação desse resultado deve ser feita com cautela, pois o fato da matriz de uma companhia aberta estar em uma determinada não leva necessariamente à conclusão de que toda a riqueza que produziu foi na mesma região, uma vez que podem existir filiais, e sem se tratando de demonstrações consolidadas, em outras regiões do país e até mesmo no exterior.

c) Em estudo sobre a distribuição da riqueza gerada pelas empresas nos diversos setores da economia brasileira no biênio 2014 e 2015, os resultados apontaram que o grupo de “Pessoal” foi o que mais recebeu destinação em 2014. No exercício de 2015, a maior destinação foi para o grupo de “Remuneração de Capitais de Terceiros” (Nunes, Ferreira & Araújo, 2016).

Nota-se que nessas pesquisas que empresas e setores contribuem para a sociedade de formas distintas, distribuem a riqueza de formas distintas, e que conhecer isso significa conhecer a parcela de cada empresa e setor à sociedade. As destinações dadas pelas empresas à riqueza que geram podem sofrer variação até mesmo entre exercícios.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa teve como objetivo analisar a distribuição de riqueza gerada pelas empresas do setor de agronegócio, com base nas empresas na Revista Exame Maiores e

Melhores de Agosto de 2018, desse setor que se destacaram em um ano (2017) de safra recorde de grãos e baixo retorno para os produtores. A delimitação deu-se as empresas listadas na B3 - Brasil, Bolsa, Balcão, no biênio de 2017 e 2018. Constatou-se que esse setor de agronegócio no período de alta nas safras, tem um alto índice de geração de riquezas.

Em resposta à questão de como foi distribuída a riqueza gerada pelas empresas do setor do agronegócio no biênio de 2017 e 2018? Observou-se que ao segregar a distribuição pelos subsetores do agronegócio em que as empresas da amostra estão inseridas, a maior distribuição da riqueza líquida gerada é destinada ao setor de Pessoal - Encargos, que recebeu em média 43,95% do total gerado no período analisado nos quatro setores de (i) máquinas e equipamentos agrícolas, (ii) óleos, farinhas e conservas; (iii) carne bovina e, (iv) têxtil. O percentual elevado nesse setor deu-se a não apenas aos valores de salários e benefícios distribuídos, mas também ao alto percentual de encargos trabalhistas que as empresas brasileiras assumem nas contratações dos colaboradores no regime de CLT – Consolidação das Leis do Trabalho. Já para o setor de (v) algodão e grãos, o maior percentual de distribuição ficou para o Governo como pagamento de impostos, taxas e contribuições, que recebeu 33,79% do total médio distribuído no período. E o sexto e último setor de (vi) madeira e celulose, destinou 54,93% para o financiamento externo – Remuneração Capital de Terceiros.

A pesquisa limitou-se a analisar apenas as empresas do setor escolhido listadas na B3, que publicaram suas DVAs de acordo com a legislação vigente e com informações completas. Para pesquisas futuras, recomenda-se que sejam feitas análises em períodos de baixa safra e comparando com outros subsetores econômicos dentro do setor de Agronegócio e a região brasileira em que a empresa estiver sediada.

6 REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Marcelo Cavalcanti - **Análise das demonstrações contábeis em IFRS e CPC: facilitada e sistematizada.** – São Paulo: Atlas, 2019.

ALMEIDA, Renato Lopes de; SILVA, Adolfo Henrique Coutinho. Artigo: **Demonstração do Valor Adicionado (DVA): Uma análise de sua comparabilidade após tornar-se obrigatória no Brasil.** Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ (online), Rio de Janeiro, v. 19, n. 1, p. 96 - p.110, jan/abr., 2014. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/rcmccuerj/article/view/10778>>. Acesso em: 20/05/2019.

ANDRADE, Livia. **Setores do Agronegócio: as campeãs em 11 setores** – Revista Exame Melhores e Maiores, Editora Abril. São Paulo: Ago/2018.

B3 BRASIL BOLSA, Balcão. (2019). **Empresas Listadas - Composição da carteira.** Disponível em: <http://www.b3.com.br/pt_br/produtos-e-servicos/negociacao/renda-variavel/empresas-listadas.htm>. Acesso em: 08/06/2019.

BERNICE, Alice Mie Tanikawa; SANTOS, Diego Zacarias, MONTANHOLI, Marcia; GONZALES, Alexandre. **Correlação entre carga tributária e índices econômicos locais a partir da Demonstração de Valor Adicionado (DVA).** REPAE - Revista de Ensino e Pesquisa em Administração e Engenharia, São Paulo, v. 2, p. 209-231, 2016. Disponível em: <https://repae-online.com.br/index.php/REPAE/article/view/75/pdf_18>.

BRASIL. LEI Nº 6.404, DE 15 DE DEZEMBRO DE 1976, Dispõe sobre as Sociedades por Ações (1976). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6404consol.htm#art176>. Acesso em: 01/05/2019.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), **Projeções 2018**. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/politica-agricola/todas-publicacoes-de-politica-agricola/projecoes-do-agronegocio/PROJECOES2018_FINALIZADA_web_05092018.pdf/view>. Acesso em 10/06/2020.

CAVALCANTI, Almeida Marcelo (03/2018). **Contabilidade Intermediária**, 2 ed. – São Paulo: Atlas, 2018.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS (CPC). Pronunciamento Técnico CPC 09: **Demonstração do Valor Adicionado (2008)**. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br/CPC/DocumentosEmitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=40>>. Acesso em: 30/05/2019.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS (CPC). Pronunciamento Técnico CPC 26 (R1): **Apresentação das Demonstrações Contábeis (2011)**. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br/CPC/DocumentosEmitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=57>>. Acesso em: 22/09/2019.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (CFC) – NBC TG 09 (2008) **Demonstração do Valor Adicionado**, São Paulo. Disponível em: <http://www1.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2008/001138> Acesso em 09/06/2019.

CORSI, Darci Pereira. **A importância da Demonstração do Valor Adicionado como um instrumento para análise – um estudo da DVA dos Bancos**. 2016. 119 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis e Atuariais) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Contábeis e Atuariais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2016. Disponível em: <<https://tede2.pucsp.br/handle/handle/19175>>. Acesso em: 01/06/2020.

CUNHA, Jaqueline Veneroso Alves da. **Demonstração do Valor Adicionado - DVA: um instrumento de mensuração da distribuição da riqueza das empresas para os funcionários**. 2002. 207 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciências Contábeis, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12136/tde-04072006-110008/pt-br.php>>. Acesso em: 25/06/2019.

G1, Portal de Notícias Globo.com (2017). **Agro: Participação do agronegócio no PIB é maior em 13 anos, estima CNA**. Publicada em 05/12/2017. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/agronegocios/noticia/participacao-do-agronegocio-no-pib-e-a-maior-em-13-anos-estima-cna.ghtml>>. Acesso em: 01/05/2019.

GELBCKE, Ernesto Rubens; SANTOS, Ariovaldo dos; IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARTINS, Eliseu. **Manual de contabilidade societária: aplicável a todas as sociedades: de acordo com as normas internacionais e do CPC** – 3. ed. – São Paulo: Atlas, 2018.

GIL, Carlos, A. **Como elaborar projetos de pesquisa** / [2.Reimpr.]. – 6. ed. – São Paulo: Atlas, 2018.

GOULART, Marcos; FERREIRA, Luiz Felipe; ARAÚJO, Alessandra Rodrigues Machado de; FERREIRA, Denise Demarche Minatti. **Distribuição de Riqueza aos Agentes Econômicos da DVA: Um Olhar Sobre o Ranking das “Melhores Empresas Para**

Trabalhar em 2016, 2015 e 2014". Revista Capital Científico - Volume 17 - n.1. Jan/Mar 2019. Santa Catarina: 2019. Disponível em: < <https://revistas.unicentro.br/index.php/capitalcientifico/article/view/5415/pdf>>. Acesso em: 20/06/2019.

MARION, José Carlos. **Análise das demonstrações contábeis** – 8. ed. – São Paulo: Atlas, 2019.

MARION, José Carlos; SANTOS, Ana Carolina Marion. **Contabilidade básica** – 12. ed. – São Paulo: Atlas, 2018.

MELO, Felipe Luiz de; ROVER, Suliani; FERREIRA, Denise Demarche Miratti; FERREIRA, Luiz Felipe. (2017). **Demonstração do Valor Adicionado (DVA): Um estudo sobre a destinação da riqueza nas regiões brasileiras**. Revista Metropolitana de Sustentabilidade - RMS, São Paulo, v. 7, n. 2, p. 68-92, Maio/Ago., 2017. Disponível em: <" www.revistaseletronicas.fmu.br/index.php/rms/article/download/1235/pdf>. Acesso em: 26/06/2019.

NUNES, Eduarda Conceição; FERREIRA, Luiz Felipe; ARAÚJO, Alessandra Rodrigues Machado de. **Demonstração do Valor Adicionado: Uma análise sobre a distribuição da riqueza gerada aos agentes econômicos**. Florianópolis: 2016, 14º Encontro Catarinense de Estudantes de Ciências Contábeis. Disponível em: <https://scholar.google.com.br/scholar?hl=ptBR&as_sdt=0%2C5&as_vis=1&q=eduarda+Concei%C3%A7%C3%A3o+Nunes&btnG=>>. Acesso em: 10/05/2019.

PENA, Rodolfo F. Alves. **"O que é Agronegócio?"**; Brasil Escola. Disponível em: <<https://brasilecola.uol.com.br/o-que-e/geografia/o-que-e-agronegocio.htm>>. Acesso em: 05/06/2020.

PEREZ JUNIOR, José Hernandez; BEGALLI, Glaucos Antônio. **Elaboração e análise das demonstrações financeiras**. – 5. ed. – São Paulo: Atlas, 2015.

SAMPIERI, Roberto Hernández; COLLADO, Carlos Fernández; LUCIO, María del Pilar Baptista. tradução: Daisy Vaz de Moraes; revisão técnica: Ana Gracinda Queluz Garcia, Dirceu da Silva, Marcos Júlio. **Metodologia de pesquisa** [recurso eletrônico] – 5. ed. – Dados eletrônicos. – Porto Alegre: Penso, 2013.

SANTOS, Arioaldo dos. (2007). **Demonstração do Valor Adicionado - Como elaborar e analisar a DVA**. (2a. ed.). São Paulo: Atlas.

TINOCO, João Eduardo Prudêncio. **Balanco social e o relatório da sustentabilidade** - São Paulo: Atlas, 2010.

TINOCO, João Eduardo Prudêncio; KRAEMER, Maria Elisabeth Pereira. **Contabilidade e gestão ambiental**. – 3. ed. – São Paulo: Atlas, 2011.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. – 16. ed. – São Paulo: Atlas, 2016.